

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Decreto nº 2.721/2024, do Município de Saquarema/RJ.

Lei Federal nº 14.133/2021

Processo Administrativo nº 14337/25

Saquarema, 25 de julho de 2025

1. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Foi encaminhado através do sistema compras.gov conforme documento nº 32/2025. Entretanto, o objeto está previsto no PPA na função nº 12, subfunção nº 361, código do programa nº 3, código do projeto nº 43. E existe a previsão orçamentária de R\$ 113.326.454,46 para o ano de 2025.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A crescente incidência de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em todo o mundo — refletida também no município — reforça a urgência da criação de um espaço adaptado, seguro e estruturado, que atenda de forma adequada às necessidades específicas das crianças e adolescentes portadoras deste diagnóstico, no contraturno das escolas. Tais indivíduos apresentam particularidades sensoriais, cognitivas e comportamentais que demandam um ambiente planejado, com profissionais capacitados e infraestrutura compatível para atividades de estímulo, acompanhamento terapêutico e socialização.

A criação de um espaço público especializado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um avanço significativo nas políticas de inclusão e no cuidado com a saúde mental e o desenvolvimento neuropsicomotor da população. Esta iniciativa está alinhada com os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade de acesso aos serviços públicos e da promoção da cidadania, conforme previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012).

Atualmente, muitas famílias enfrentam dificuldades para garantir o acesso a serviços especializados, seja pela ausência de espaços públicos adequados ou pela sobrecarga de instituições existentes. Além disso, a falta de uma estrutura pensada especificamente para o TEA compromete o pleno desenvolvimento das crianças, jovens e adultos autistas, e limita o suporte necessário para os seus familiares e cuidadores.

A proposta deste espaço especializado justifica-se, portanto, pela necessidade de:

1. Oferecer um atendimento multidisciplinar qualificado, com profissionais das áreas de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicopedagogia e educação física adaptada;
2. Proporcionar um ambiente sensorialmente adequado, com salas específicas para integração sensorial, espaços de acolhimento, áreas de descanso e salas de estimulação;
3. Garantir acessibilidade e inclusão social, com atividades que favoreçam a convivência, o aprendizado, a autonomia e a cidadania da pessoa com TEA;
4. Apoiar as famílias, com orientação técnica, rodas de conversa e acompanhamento contínuo;
5. Reduzir a dependência de serviços privados, democratizando o acesso a terapias e atendimentos que muitas vezes são economicamente inviáveis para grande parte da população;
6. Contribuir para o diagnóstico precoce, promovendo ações educativas e de triagem em parceria com escolas, unidades de saúde e outras instituições públicas.

A estruturação física e funcional desse espaço requer uma construção que contemple desde o projeto arquitetônico humanizado, com atenção às cores, texturas e iluminação, até a criação de ambientes amplos, seguros e acolhedores. A iniciativa não se limita à construção civil, mas representa um compromisso social com a equidade e com a valorização da diversidade humana.

Portanto, diante da importância social, da demanda crescente por atendimentos especializados e da necessidade de políticas públicas efetivas e permanentes, torna-se plenamente justificável a realização desta obra pública. O espaço especializado para pessoas com autismo será um marco na política de inclusão do município, promovendo um atendimento digno, integral e de qualidade a uma parcela significativa da população que, por muito tempo, esteve à margem do planejamento urbano e das políticas públicas.

É importante citar que de acordo com o IBGE 2022 a taxa de escolarização de crianças com 6 anos ou mais, com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista é maior do que a taxa de

escolarização de crianças na mesma faixa etária sem o diagnóstico, como podemos verificar no gráfico abaixo.

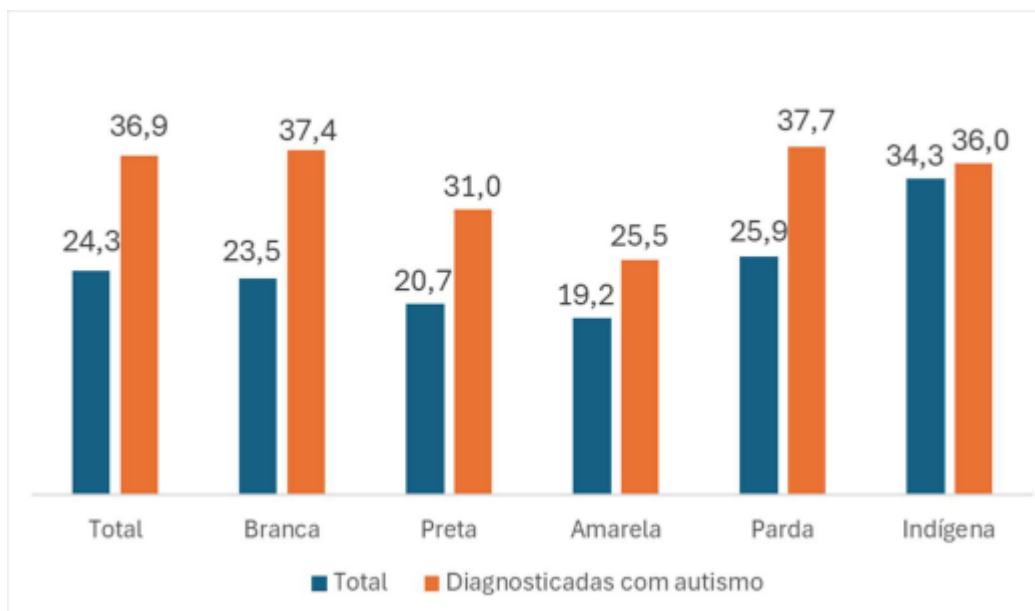


Figura 01 – Taxa de escolarização das pessoas de 6 anos ou mais de idade, por cor ou raça e existência de diagnóstico de autismo (%) - Brasil - 2022.

A partir do gráfico é possível evidenciar a importância da escola no desenvolvimento desses estudantes. No entanto, é fundamental considerar que, para garantir verdadeiramente a inclusão e o desenvolvimento das pessoas com TEA deve-se trabalhar buscando sempre a equidade na educação, que não consiste em tratar todos de forma idêntica, mas em oferecer condições diferenciadas que respeitem as singularidades de cada indivíduo. Para estudantes com TEA, isso significa disponibilizar adaptações pedagógicas, ambientes sensorialmente adequados, além de investir na formação continuada de professores e na presença de profissionais de apoio, como mediadores, terapeutas e especialistas. Essas ações visam fornecer a cada estudante as ferramentas para conquistar seu pleno potencial,

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O Objetivo da contratação é construção de um Centro de Educação Especializado para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com as seguintes especificações:

- 10 (dez) salas de aula, cada uma com aproximadamente 12 (doze) metros quadrados equipadas com sanitários no seu interior, que devem possuir aproximadamente 5 (cinco) metros quadrados cada.
- Áreas administrativas
- Corredores
- Sala de reunião
- Sala de nutricionista
- Sala de música
- Biblioteca
- Rampa de acesso
- Banheiros e vestiários que comportem a quantidade de usuários solicitada (inclusive PCD)
- Refeitório
- Jardim sensorial
- Cozinha, dispensa e demais instalações de apoio nutricional
- Abrigo de resíduos
- Depósitos
- Quadra poliesportiva
- Sala para oficinas de terapia
- 4 salas de acolhimento familiar
- Sala para fonoaudiologia
- Sala para psicopedagogia
- Sala para neurologia
- Sala para clinica geral
- Sala para terapia ocupacional
- Pátio externo

Além disso, os projetos executivos devem ser desenvolvidos e entregues de acordo com a metodologia BIM.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a implementação do Centro de Educação Especializado para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, realizou-se uma comparação entre a locação de um imóvel com melhorias e a uma nova construção. A Prefeitura Municipal de Saquarema possui um contrato que faz esse tipo de melhorias em prédios que estão a serviço do município. Foi solicitado a Subsecretaria de Infraestrutura da Educação as informações relevantes sobre o contrato de número 053/2023; concorrência pública 01/2023; número de processo 22025/2022; que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva predial, com adequações, adaptações e modernizações, quando necessário, dos imóveis do Município de Saquarema/RJ, para analisarmos a possibilidade de desenvolvimento de uma solução nos mesmos moldes.

Usando este contrato como parâmetro para este estudo, verificamos que o valor considerado de gasto por metro quadrado para adequação é de R\$ 1.840,63 – Índice Nacional da Construção Civil – INCC – IBGE Outubro de 2022.

Abaixo estão os dados da investigação mercadológica e os dados internos fornecidos, com análises críticas para cada caso:

4.1 - Solução 01: Locação de Imóvel com Melhorias

ESTUDO DE CASO PARA VIABILIDADE DE UMA ESCOLA A PARTIR DE UMA LOCAÇÃO DE IMÓVEL			
Descrição	Área (m²)	Locação/Mês	Projeção em 5 anos sem estimativa de reajuste anual
Aluguel de galpão que permite adequação à ambiente escolar	1.300	R\$ 22.000,00	R\$ 1.320.000,00
MELHORIAS NO IMÓVEL			
Descrição	Área (m²)	Valor aproximado por m²	Custo
Valor aproximado para a transformação de um ambiente residencial em um ambiente escolar, de acordo com o contrato citado acima.	1.300	R\$ 1.840,63	R\$ 2.392.819,00
TOTAL DO INVESTIMENTO:			R\$ 3.712.819,00
VALOR POR METRO QUADRADO:			R\$ 2.856,01

Tabela 01 – Estudo de massa - Escola – Fonte: Autor

No anexo I deste documento é possível verificar a cotação de locação citada acima.

Análise da Solução 01

A rapidez da implantação em um imóvel já construído é um dos pontos positivos, porém o galpão oferece um espaço relativamente pequeno, limitado, que talvez não comporte todas as instalações necessárias para a criação de um Centro Especializado que abarque todas as carências do público alvo. Economicamente viável, porém ofertando um espaço reduzido, essa solução implica em beneficiar um imóvel de terceiros, sujeito às condições locais, além de dificultar a criação de espaços sensoriais, como lagos e piscinas, e a o término do contrato de locação, o imóvel não se tornará patrimônio municipal. A pesar da rapidez na implementação, é importante considerar que as reformas podem enfrentar atrasos devido a imprevistos nos serviços.

Obra: Contratação de empresa qualificada, com fornecimento de material e mão de obra, para execução de obra de construção da Escola Municipal localizada na rua Maestro Macário Duarte, nº 687, Boqueirão, no Município de Saquarema/RJ.

Licitação: 019/2023

Nº do processo: 5.843/2023

Metragem Quadrada (m²)	Valor Total	DATA BASE ORÇ
2.453,73	R\$ 12.156.919,77	08/2023.
VALOR POR M²:		4.954,47

Tabela 02 – Valor por metro quadrado da Escola Municipal do Boqueirão – Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Saquarema

Obra: Construção da Escola Municipal de Engenho Grande.

Licitação: 008/2023

Nº do processo: 3.264/2023

Metragem Quadrada (m²)	Valor Total	DATA BASE ORÇ
2.633,13	R\$ 14.644.441,09	12/2022
VALOR POR M²:		5.569,21

Tabela 03 – Valor por metro quadrado da Escola Municipal de Engenho Grande – Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Saquarema

Valores finais de licitação após os descontos ofertados pela empresa.

Fazendo uma média com os dois exemplos citados, temos o valor de R\$ 5.261,84 por metro quadrado para uma nova construção.

Análise da Solução 02

Apesar de demandar mais recursos financeiros e um prazo de execução maior, a construção de uma nova edificação onde já existem outras construções educacionais, garante autonomia, segurança jurídica e estabilidade patrimonial. Ao construir, o poder público assegura a posse plena do imóvel, o que permite o uso contínuo, adaptações futuras conforme as necessidades do público alvo e, principalmente, a valorização permanente de um ativo público. A longo prazo, os custos com manutenção tendem a ser menores, e o investimento inicial se dilui ao longo dos anos, resultando em economicidade real e sustentável.

Ademais, a obra pode ser pensada sob medida para atender de forma plena e eficaz às necessidades de pessoas portadoras de Transtorno do Espectro Autista (TEA), respeitando todas as exigências legais de acessibilidade, funcionalidade, sustentabilidade e eficiência energética — algo que, em imóveis alugados e reformados, pode ser difícil ou até inviável alcançar integralmente.

5. Conclusão

Na solução 01, que envolve a locação de um galpão com reformas e adequações para transformá-lo em uma unidade escolar, é possível construir em torno de 15 salas de aula, além de destinar aproximadamente 360 m² para áreas de circulação e administração, mas áreas enfrentaria dificuldades para criação de espaços necessários, como os sensoriais, por exemplo. Essa opção demonstra viabilidade econômica comparável à solução 02, porém, o imóvel pertence a terceiros e não se tornará patrimônio municipal ao final do contrato. Apesar de oferecer uma implementação mais rápida, as reformas podem enfrentar atrasos devido a imprevistos nos serviços, e a insegurança jurídica quanto à renovação contratual representa um risco considerável. Contratos de locação estão sujeitos à vontade das partes, podendo não ser renovados ao final do prazo estipulado, o que cria incertezas quanto à continuidade dos serviços públicos que venham a ser instalados no local. Isso acarreta prejuízos operacionais, logísticos e, muitas vezes, custos adicionais com novas mudanças, desmontagens, rescisões antecipadas ou ações judiciais. Entre outras questões que podem surgir no decorrer do tempo que impactariam diretamente a vida dos funcionários, alunos e de toda a comunidade em volta.

Já a solução 02 consiste em uma nova construção do zero de um Centro Especializado em um terreno próprio do Município, tendo sua arquitetura elaborada do zero para garantir

acessibilidade, segurança, conforto sensorial, funcionamento adequado das atividades terapêuticas, educativas e atendimento a todas as necessidades do público alvo. Embora o dispêndio financeiro inicial seja mais elevado, trata-se de um investimento duradouro no patrimônio público e assegura a continuidade dos serviços ofertados com autonomia, estabilidade e eficiência.

Diante da análise técnica, jurídica e financeira, conclui-se que a construção de um Centro Educacional Especializado para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa a alternativa mais vantajosa para o município. Embora a edificação de uma nova estrutura demande um investimento inicial mais elevado, os benefícios permanentes, tanto do ponto de vista econômico quanto social, superam amplamente os custos de implantação. Além disso, ao optar pela construção de um centro próprio, o município reafirma seu compromisso com a inclusão, a dignidade e o atendimento especializado de qualidade, garantindo não apenas uma solução definitiva e adequada, mas também promovendo a gestão responsável dos recursos públicos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A crescente incidência de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em todo o mundo — refletida também no município — reforça a urgência da criação de um espaço projetado para atender as demandas presentes e futuras do público alvo. Salientando-se do presente para tais construções, a melhor opção de método construtivo para garantir custo-efetividade, sustentabilidade e durabilidade, considerando a proximidade do mar, seria a estrutura de concreto armado. Este modelo é o mais comum e praticado, e atende às exigências de construção, garantindo um ambiente escolar seguro.

A solução proposta visa atender à necessidade da criação de um Centro de atendimento especializado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a ser construído no Campo de Aviação – Saquarema – RJ. O projeto será desenvolvido em uma área de propriedade da Prefeitura Municipal de Saquarema, e será preparado para atender a demanda escolar de aproximadamente 100 alunos.

Apresenta-se a estimativa quantitativa para a execução do objeto, elaborada com base em fases para a obra, utilizando a metodologia BIM (Modelagem de Informação da Construção), garantindo assim um projeto executivo visando melhorar a eficiência, reduzir custos e otimizar o processo de construção, desde o planejamento até a operação do edifício.

O Centro Especializado terá 10 salas de aula, com aproximadamente 12 metros quadrados cada, refeitório, biblioteca, sala de músicas, sala para terapias diversas, quadra poliesportiva, áreas administrativas, recepção, jardim sensorial, entre outros.

7. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

Considerando que se trata de um local para atendimento personalizado, individualizado, pensado e desenvolvido particularmente para cada caso, as salas de aula devem possuir tamanho menor, com aproximadamente 12 metros quadrados, comportando no máximo 8 alunos, a depender do diagnóstico de cada um, além de possuir um sanitário PCD no interior de cada sala, de forma a promover a inclusão mantendo a equidade de ofertar a cada pessoa exatamente o que ela necessita para se desenvolver da melhor forma possível.

Fazendo uma relação com as escolas que estão em construção já citadas acima, temos os seguintes quantitativos:

Escolas	Metragem Quadrada (m²)
Boqueirão	2.453,73
Engenho Grande	2.633,13

Tabela 04 – Metragem quadrada de cada escola em construção atualmente – Fonte Subsecretaria de Infraestrutura da Educação

Apesar das salas de aula sugeridas serem de menor tamanho que as salas de aula das escolas já em construção, o Centro Especializado deve conter outros ambientes não previstos nas escolas do Boqueirão e de Engenho Grande, como jardim sensorial e salas para terapias diversas e atendimentos médicos, de forma que podemos fazer uma equivalência entre as salas maiores das escolas em construção com as demais salas previstas para o Centro Especializado, e prever uma metragem quadrada total bem próxima ao que já está em execução. Usando como base a tabela 04 acima, temos uma média de 2.543,43 m² total para a edificação.

Os dados foram obtidos através de levantamentos detalhados que consideram as especificações técnicas e funcionais de cada estrutura, garantindo o detalhamento na preparação para a execução das obras.

Este documento de estimativa quantitativa servirá como guia fundamental para o planejamento e a execução eficiente do projeto, assegurando que todas as necessidades de construção sejam atendidas conforme as diretrizes estabelecidas para cada uma das edificações mencionadas.

8. ESTIMATIVA DE PREÇO

A estimativa de preço foi compilada com base nas obras que estão sendo realizadas pelo Município de Saquarema com objetivos similares, considerando a atualização dos contratos após reajuste.

Esta estimativa de preço servirá como referência no planejamento financeiro e na tomada de decisões para a realização das obras, assegurando que o investimento público seja utilizado de maneira eficiente e transparente.

Obra: Contratação de empresa qualificada, com fornecimento de material e mão de obra, para execução de obra de construção da Escola Municipal localizada na rua Maestro Macário Duarte, nº 687, Boqueirão, no Município de Saquarema/RJ.

Licitação: 019/2023

Nº do processo: 5.843/2023

Metragem Quadrada (m²)	Valor Total Atualizado Pós Reajuste	DATA BASE ORÇ
2.453,73	R\$ 12.792.302,40	08/2023.
VALOR POR M²:		5.213,41

Tabela 05 – Valor por metro quadrado da Escola Boqueirão – Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Saquarema

Obra: Construção da Escola Municipal de Engenho Grande.

Licitação: 008/2023

Nº do processo: 3.264/2023

Metragem Quadrada (m²)	Valor Total Atualizado Pós Reajuste	DATA BASE ORÇ
2.633,13	R\$ 17.663.336,82	12/2022
VALOR POR M²:		6.708,11

Tabela 06 – Valor por metro quadrado da Escola de Engenho Grande – Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Saquarema.

Diante destas atualizações, fazendo uma média dos valores por metro quadrado das duas obras, temos **R\$ 5.960,76 m²**.

Com isso temos a seguinte previsão orçamentária para a construção do Centro Especializado:

Metragem Quadrada (m²)	Valor por metro quadrado	Valor Total
2.543,43	R\$ 5.960,76	R\$ 15.160.775,80

Tabela 07 – Previsão orçamentária – Fonte: Autor.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Conforme define o Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 732/2008: “a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto”.

O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que:

“Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador,

primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido”.

Nessa perspectiva, faz-se necessário um exame minucioso dos diferentes tipos de objetos licitados pela Administração, de modo a identificar quando prevalece o interesse técnico na manutenção da unicidade e quando o fracionamento, efetivamente, não compromete o desempenho global da pretensão.

O TCU já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que, no caso específico, a licitação por lote único seria a mais eficiente à administração.

“Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelada adotado nesse parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços. Para cada um de cinco prédios, previram-se vários contratos (ar condicionado, instalações elétricas e eletrônicas, instalações hidrosanitárias, civil). Esta exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação (...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistência, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica” (Acórdão nº 3140/2006 do TCU).

Em sintonia com tais entendimentos, reforça Justen Filho:

“A obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória.” Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed. Dialética: São Paulo, 2005, p. 207).

Não é, pois, como visto, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica.

Nesse sentido, de um modo geral, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico.

Avaliando o caso presente, tendo em vista se tratar da reforma e ampliação de um único edifício, entende-se por bem que a edificação e o conjunto de sistemas construtivos devem funcionar de maneira integrada e harmônica, assegurando qualidade, segurança e eficiência técnica.

O fracionamento em lotes distintos, com diferentes prestadores de serviço para cada etapa da obra, acarretaria complexidade na coordenação de cronogramas, maiores riscos de incompatibilidades e grande risco de perda de uniformidade nos padrões construtivos e de segurança, prejudicando, em última instância, a finalidade pública da obra pretendida.

Ainda nesse entendimento, se houver a divisão em lotes, e, por qualquer causa, um lote não for entregue, em razão das instabilidades inerentes à própria natureza da contratação, ou, quando entregue, se verificar que não se encontra em condições de pleno funcionamento devido a incompatibilidades resultantes de execuções diferentes, todo o empreendimento ficaria prejudicado, causando prejuízos na qualidade dos serviços prestados para a população do município, com impacto direto, neste caso, aos estudantes da rede municipal de ensino.

É importante enfatizar que o objeto pretendido somente atende efetivamente à Administração Pública quando estiver plenamente funcional.

Diante do exposto, pode-se concluir, portanto, considerando ainda o princípio da finalidade, um dos princípios básicos da Administração Pública, que a contratação na forma proposta traz mais vantagens e benefícios para a Administração se for executada de forma global.

Este cenário favorece a consecução dos objetivos planejados, reduz o comprometimento operacional e, em última análise, potencializa o êxito do projeto.

Ainda devemos considerar que, neste caso, o não fracionamento do objeto, não representa qualquer prejuízo à competitividade do futuro certame. Embora se trate de uma obra integrada, sua complexidade técnica não inviabiliza a participação de um número expressivo de empresas habilitadas a executar o projeto. Dessa forma, mantém-se o princípio da isonomia, garantindo-se a ampla concorrência e assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Por esses motivos, conclui-se pela contratação global, respeitando a integridade qualitativa do objeto a ser executado mantendo a unidade do objeto em respeito à viabilidade técnica.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Com a construção de um novo equipamento de educação, algumas questões que giram entorno do funcionamento deste equipamento, mas não fazem parte da obra em si, merecem atenção. Como por exemplo, deverá ser previsto um plano de transporte escolar para os alunos atendidos pelo local, bem como verificar junto as concessionárias o aumento do fornecimento de energia e água no local. A compra de todo o mobiliário necessário, a contratação funcionários (professores, fonoaudiólogos, médicos neurologistas e clínicos, terapeutas, psicopedagogos, cozinheiros, serviço de limpeza, e afins). O envio de equipamentos e eletrodomésticos necessários para o funcionamento de um local de atendimento ao público. O envio de material didático e uniformes. Todas essas questões devem ser planejadas e desenvolvidas em paralelo com a construção do Centro Especializado, para que ao final, no momento da entrega da obra, ele já possa funcionar com sua total capacidade.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A construção de um Centro Educacional Especializado para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem como objetivo central garantir um atendimento educacional de qualidade, humanizado e adequado às necessidades específicas desse público. Com a implementação dessa estrutura, os principais resultados pretendidos são:

Atendimento individualizado e qualificado, oferecendo um ambiente educacional adaptado, com profissionais capacitados e recursos pedagógicos especializados, permitindo a personalização do ensino conforme os níveis de funcionamento e as particularidades de cada aluno com TEA.

Inclusão com dignidade, promovendo a verdadeira inclusão, respeitando os direitos e as especificidades das pessoas com TEA, por meio de um espaço seguro, acolhedor e projetado com base nas diretrizes de acessibilidade física, sensorial e comunicacional.

Apoio as Famílias, criando um ponto de referência para as famílias, com serviços de orientação, escuta e acompanhamento, fortalecendo a rede de apoio e contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno dentro e fora da escola.

Interdisciplinaridade no atendimento, integrando profissionais da educação, saúde e assistência social, favorecendo um atendimento interdisciplinar que considere aspectos pedagógicos, terapêuticos e sociais no processo de ensino-aprendizagem.

Formação e capacitação contínua, estabelecendo o centro também como um polo de formação continuada para educadores da rede municipal, promovendo capacitações permanentes sobre o espectro autista e práticas inclusivas.

Redução de barreiras e preconceitos, contribuindo para a conscientização da comunidade escolar e da sociedade como um todo, diminuindo estigmas e incentivando o respeito à diversidade.

Eficiência na gestão dos recursos públicos, com a construção de uma estrutura própria, o município garante uma solução duradoura e eficiente, eliminando despesas com aluguéis e reformas, além de assegurar maior controle sobre a qualidade e a continuidade dos serviços prestados.

Valorização do patrimônio público, incorporando ao patrimônio municipal um equipamento de alta relevância social, com potencial de gerar impactos positivos de longo prazo para a comunidade e para as futuras gerações.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO

A administração pública tomará as providências necessárias para preparar e equipar o pessoal para a fiscalização da execução da obra, como também questões de acessibilidade para veículos de transporte na área escolhida e urbanização do entorno para facilitar o acesso à área da obra. Caso sejam necessários alargamentos de ruas ou canalizações não relacionadas ao objeto solicitado, a administração fornecerá o suporte necessário.

Será solicitado o fornecimento de luz e água para o local da construção, afim de atender o canteiro de obras e as suas necessidades.

Será verificado junto a empresa que presta o serviço de transporte no Município de Saquarema se a movimentação da construção do Centro Especializado terá um aumento significativo de transeuntes no local, gerando a necessidade do aumento de transporte público na área.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS.

De acordo com o artigo 25, § 5º, I, da lei federal 14.133/2021, os possíveis impactos ambientais locais, como supressão de vegetação e movimentação de terra, bem como canalizações de rios e córregos, relativos ao licenciamento ambiental, serão de responsabilidade da empresa, que tomará as providências necessárias em conjunto com os órgãos competentes. Essas medidas mitigadoras visam garantir o desenvolvimento sustentável conforme princípios estabelecidos pelo Relatório Brundtland de 1987 e pelo Decreto Federal nº 10.024/19.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise técnica, orçamentária e estratégica, conclui-se que a contratação de uma nova construção para a implantação de um Centro Especializado no Atendimento de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é plenamente viável e altamente recomendável do ponto de vista administrativo, social e financeiro.

A construção de uma sede própria representa uma solução definitiva e estrutural, que permitirá a criação de um espaço planejado desde a sua concepção para atender às necessidades específicas do público com TEA. Essa abordagem garante não apenas adequação física e funcional, mas também eficiência no uso de recursos públicos, pois elimina despesas recorrentes com aluguéis, reformas e readaptações futuras em imóveis não próprios.

Ademais, a inexistência de garantias contratuais de longo prazo em imóveis locados comprometeria a continuidade e a segurança dos serviços prestados, especialmente para uma população que demanda estabilidade, previsibilidade e atendimento especializado contínuo. A construção proposta, portanto, assegura a permanência e a qualidade dos serviços, além de fortalecer a política pública de inclusão e o compromisso do município com a promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Por fim, destaca-se que a iniciativa contribuirá significativamente para o fortalecimento da rede municipal de apoio às pessoas com TEA, agregando valor ao patrimônio público e proporcionando impactos positivos duradouros tanto para os usuários quanto para suas famílias e para toda a comunidade.

Dessa forma, reafirma-se a viabilidade, a legalidade, a oportunidade e a vantajosidade da contratação da obra, considerando que ela atende ao interesse público, respeita os princípios da economicidade e da eficiência, e promove a equidade no acesso a serviços públicos de qualidade.

15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1 O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) considerou a necessidade de contratação do objeto, incluindo requisitos técnicos, legais, ambientais e de mercado, assim como o processo de escolha da solução mais adequada à administração neste momento. Todos os requisitos ambientais e legais foram devidamente considerados.

15.2 Portanto, considera-se viável a contratação em questão, conforme Decreto nº 2.721/2024 do Município de Saquarema/RJ.

Recomenda-se a elaboração do Termo de Referência ou outro documento equivalente conforme art. 18, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021 com base neste estudo e seu encaminhamento ao setor competente para prosseguimento.

INTEGRANTE TÉCNICO DE ENGENHARIA	INTEGRANTE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
<p>Anderson Martins dos Santos <i>Subsecretário de Infraestrutura da Educação</i> Mat.: 7376</p>	<p>Sandra Farias Miranda de Ferreira <i>Superintendente Diretora de Educação</i> Mat.: 54348-1</p>
AUTORIDADE COMPETENTE	
<p>Patrícia da Silva Oliveira Secretária Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia Mat. 4610</p>	

Saquarema, 30 de julho de 2025.